

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.274.163 - PR (2018/0078239-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
ADVOGADOS : LAURA AGRIFOGLIO VIANNA - RS018668
LÚCIO ROCA BRAGANÇA - RS051777
CARLOS EDUARDO QUADROS DOMINGOS - PR045295
LAIS ALONSO GUIMARÃES - PR063674
AGRAVANTE : PARANAPREVIDENCIA
ADVOGADO : DOUGLAS MURILO DOS REIS - PR081031
AGRAVADO : CELSO DA CRUZ
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS CHECOZZI - PR010355
LILIANA ORTH DIEHL - PR034797

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/15). SOLIDARIEDADE. PRESUNÇÃO. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 282/STF. ESTIPULANTE. CONTRATO DE SEGURO. MAU CUMPRIMENTO. DEMONSTRADO NO ACÓRDÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por PARANAPREVIDENCIA em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NULIDADE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL C/C COBRANÇA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEGURO DE VIDA. INCOMPETÊNCIA DA 72 CÂMARA PARA JULGAR O FEITO. REDISTRIBUIÇÃO ÀS CÂMARAS ESPECIALIZAS EM "AÇÕES RELATIVAS A CONTRATO DE SEGURO DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE EXECUÇÕES DELE DERIVADAS E AS AÇÕES DECORRENTES DE PLANO DE SAÚDE". 92 E 102 CÂMARAS CÍVEIS, CONFORME PREVISTO NO ART. 90, IV, "C", DO RITJPR. RECURSO DE APELAÇÃO NÃO CONHECIDO. (e-STJ, fl. 442)

Superior Tribunal de Justiça

No recurso especial, a parte recorrente alega violação aos artigos 265 e 663, do CC/02; ao artigo 985, inciso VI, do CPC/15; e ao artigo 267, inciso VI, do CPC/73, sustentando a ilegitimidade passiva, por ser mero estipulante do contrato de seguro em questão, não possuindo qualquer vínculo com o pedido formulado na inicial.

Defende que não se pode condenar as partes solidariamente por mera presunção.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 558/566, 568/577).

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

No que se refere à violação ao artigo 265, do CC/02, verifica-se que não foi apreciada pelo acórdão recorrido, estando ausente o indispensável debate prévio.

Sabe-se que o acórdão recorrido não ponderou o que dita o artigo de lei federal indicado, porquanto não examinou a impossibilidade de solidariedade entre as partes, sendo consignado expressamente no acórdão recorrido que:

Veja-se que além da alegação de impossibilidade de condenação solidária não ter sido suscitada no recurso de apelação interposto no movimento nº 75.1, também não foi objeto de discussão nos autos, traduzindo-se em verdadeira inovação recursal, o que inviabiliza o seu conhecimento. (e-STJ, fl. 512 - grifou-se)

Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional, incidindo. O óbice da Súmula nº 282 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 504.917/SC, Rel. Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, Terceira Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 20/4/2015 - grifou-se)

Ressalta-se, por oportuno, que "à configuração do prequestionamento viabilizador do acesso a esta Superior instância, é necessário que o Tribunal local se manifeste, emita juízo de valor, ainda que de forma implícita, sobre a matéria federal tratada no dispositivo infralegal dito violado, não bastando, apenas, a menção dos referidos preceitos legais na petição de recurso especial". (AgRg no Ag 1259583/ PA, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 25/04/2014)

Cumpra-se asseverar que para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Portanto, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo "*da mihi factum dabo tibi ius*", como fora feito nos presentes autos.

Ademais, a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que "*em regra, o*

Superior Tribunal de Justiça

estipulante não é o responsável pelo pagamento da indenização securitária, visto que atua apenas como interveniente, na condição de mandatário do segurado, agilizando o procedimento de contratação do seguro" (AgRg no REsp 1439696/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018).

Ressalta-se, ainda, que *"ressalvas há, todavia, quando à estipulante pode ser atribuída a responsabilidade pelo mau cumprimento do mandato ou, [...] quando cria nos segurados a legítima expectativa de ser ela a responsável pelo pagamento"* (REsp 791.222/DF, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2007, DJ 24/09/2007, p. 316).

Como se vê no acórdão recorrido, o Tribunal local entendeu pela legitimidade passiva da ora agravante em decorrência do nexo causal entre o agir da estipulante e o prejuízo suportado pela parte.

Derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, bem como a análise das previsões contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, ante os óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, §1º, IV, E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

2. A alegação de legitimidade passiva da recorrida demandaria o reexame do acervo fático-probatório e interpretação de cláusulas contratuais, atraindo o óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1338153/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018 - grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

SEGURO DE VIDA EM GRUPO. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO ESTIPULANTE QUE FOI AFASTADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA STJ/7.

1.- Como regra, o estipulante não é responsável pelo pagamento da indenização, por atuar apenas como interveniente, agilizando o procedimento de contratação do seguro, vale dizer, na condição de mandatário do segurado.

2.- Embora não se desconheça que, excepcionalmente, possa ser atribuído ao estipulante a responsabilidade pelo pagamento da indenização, em razão de mau cumprimento do mandato ou quando cria nos segurados a legítima expectativa de ser ele o responsável por esse pagamento, na hipótese, as premissas fáticas que conduziram o Colegiado estadual a entendimento diverso não podem ser revistas em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1281529/SP, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 13/03/2012, DJe 29/03/2012 - grifou-se).

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator